

## A EUROPA E O MUNDO EM RESPOSTA À CRISE ALIMENTAR



**Capoulas  
Santos**

**S**egundo a FAO, os preços dos bens alimentares atingiram um nível histórico em Janeiro de 2011, seguindo uma tendência ascendente que deverá persistir no futuro. A França, que assume a presidência do G20, lançou um alerta para o risco real de crise alimentar mundial, num momento em que as chuvas torrenciais comprometem o aprovisionamento da África austral e a seca ameaça a próxima colheita de trigo na China. Ainda, em 2010/2011 o preço dos cereais sofreu um agravamento substancial na sequência das restrições à exportação decididas por países como a Rússia depois dos incêndios de grandes dimensões que atingiram aquele país.

Apontam-se vários aspectos que têm vindo a acentuar-se ao longo dos últimos tempos, que, de forma conjugada, podem vir a determinar a dinâmica global de procura e oferta de produtos alimentares. O crescimento da procura na sequência do aumento do poder de compra nos países emergentes, as contingências da oferta decorrentes da sobreexposição da agricultura a calamidades naturais acentuadas pelos efeitos das alterações climáticas, a manipulação dos preços das matérias primas nos mercados financeiros internacionais, a forte dependência energética da produção agrícola paralelamente à subida dos preços do petróleo.

Uma resposta a estes desafios tem necessariamente que passar por uma acção coordenada a nível internacional no sentido de promover maior transparência dos stocks existentes, a regulação das transacções de matérias primas agrícolas nos mercados financeiros adequada à especificidade da actividade agrícola e a promoção da investigação e da inovação na agricultura.

A Europa enquanto grande produtor, grande consumidor e grande exportador de produtos alimentares tem uma palavra a dizer na prevenção da possível catástrofe que se avizinha. A resposta europeia pode ser dada em três planos: no âmbito da Política Agrícola Comum, designadamente através da introdução de instrumentos de gestão de riscos que protejam os produtores da volatilidade dos preços; nos programas de cooperação para o desenvolvimento, dar prioridade ao apoio a acções concretas que visem aumentar a produção agrícola nos países em vias de desenvolvimento; no plano internacional, assumir uma posição articulada com os outros parceiros para promover, além de uma nova regulação dos mercados financeiros, o estabelecimento de regras que impeçam medidas unilaterais que interrompam abruptamente os fluxos comerciais de bens alimentares de primeira necessidade.

## A UE DEVE APOIAR AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS NA TUNÍSIA E NO EGIPTO



**Ana Gomes**

**A**s revoltas populares na Tunísia e no Egipto revelam a ânsia das respectivas populações por liberdade, democracia e oportunidades para todos, demonstrando que estas aspirações são realmente universais e não são incompatíveis com a religião islâmica, ao contrário do que querem fazer crer aqueles que brandem como inevitável um 'confronto de civilizações' entre cristãos e muçulmanos.

Apesar da feroz repressão política em ambos os países, quem sentia que já nada tinha a perder, a não ser o medo, perdeu-o: saiu à rua, gritou, manifestou-se, arriscando a vida (e mais de 300 manifestantes foram assassinados no Egipto), mas persistiu e conseguiu fazer cair os regimes corruptos e autocráticos de Ben Ali e Mubarak, há décadas no poder. A Tunísia foi a faísca,

o Egipto é a explosão que já irradia em todo o mundo muçulmano, em sociedades com idênticas reivindicações por liberdade, democracia, justiça social e oportunidades económicas para todos.

Agora, uma das tarefas prioritárias para a UE será, sem dúvida, dar apoio à realização de eleições livres na Tunísia e no Egipto. Importa também ter em conta que democracia implica incluir no processo de transição e no diálogo todas as organizações representativas - como a "Irmandade Muçulmana", no Egipto, obrigando as forças mais radicais a jogar o jogo democrático.

Os desenvolvimentos na Tunísia e no Egipto provam, como eu sempre disse, que a democracia não se impõe à bomba, nem do exterior, ao contrário do que sustentavam os neo-conservadores ao defender a trágica invasão do Iraque por Bush. A democracia tem de ser desejada e implantada por cada povo e só pode ser construída por dentro. Em todo o processo as forças democráticas do exterior podem ajudar e devem ajudar - mas ninguém pode substituir os próprios povos na deposição dos tiranos e na condução do processo democrático.



## Aprovado relatório de Ana Gomes sobre a Acordo Quadro UE-Líbia

A recomendação ao Conselho redigida pela eurodeputada socialista Ana Gomes sobre as negociações para o Acordo-Quadro UE-Líbia foi aprovada pelo PE, em Janeiro. O Parlamento apoia o aprofundar de relações com este país, que é estratégico na gestão de fluxos migratórios, detém importantes recursos energéticos e mantém já intensas relações com alguns Estados-Membros da UE. Mas o PE impõe condições respeitantes a valores fundamentais e interesses europeus. "Não podemos esquecer que a Líbia é governada por um regime ditatorial, com um historial de graves violações dos direitos humanos. Este acordo só poderá ter o consentimento do PE, em

conformidade com o Tratado de Lisboa, se forem respeitadas certas condições nomeadamente no que diz respeito à protecção de migrantes e refugiados", explica Ana Gomes. A recomendação insta a Líbia a permitir que o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados volte a operar no país, com um mandato alargado. Ana Gomes afirma peremptoriamente: "Sem ACNUR, não há acordo". "A Líbia deve também ratificar a Convenção dos Refugiados das Nações Unidas de 1951. E qualquer acordo de readmissão entre a UE e a Líbia deve excluir todos aqueles que se declarem como requerentes de asilo, refugiados ou pessoas que necessitem de protecção internacional e deve ser aplicado em total conformidade com o princípio de 'non-refoulement'", defende a Deputada. O relatório cobre ainda variadas outras áreas, apelando a que a Líbia assine uma moratória contra a pena de morte e adira ao Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, recomendando o reforço da cooperação europeia no sector da saúde, apelando à facilitação de vistos de trabalho e recomendando a abertura de uma Delegação da UE em Trípoli.